

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO AGRICULTURA E AMBIENTE – IEAA  
CAMPUS VALE DO RIO MADEIRA – CVRM  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A LEI 11.645/08 E A SUA APLICABILIDADE NOS MATERIAIS  
DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: UMA ANÁLISE DA  
COLEÇÃO “INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGENAS NA  
CULTURA BRASILEIRA”**

**HUMAITÁ-AM  
2023**

**OLAVIO JÚNIOR VENTURA CAVALCANTE**

**A LEI 11.645/08 E A SUA APLICABILIDADE NOS MATERIAIS  
DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: UMA ANÁLISE DA  
COLEÇÃO “INFLUÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS E INDÍGENAS NA  
CULTURA BRASILEIRA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da UFAM, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Isabel Alonso Alves

**HUMAITÁ-AM  
2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cavalcante , Olávio Júnior Ventura

C376l A lei 11.645/08 e a sua aplicabilidade nos materiais didáticos do ensino fundamental 1: uma análise da coleção “Influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira” / Olávio Júnior Ventura Cavalcante . 2023

33 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Maria Isabel Alonso Alves

TCC de Graduação (Pedagogia - Humaitá) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Lei 11.645/2008.. 2. Materiais Didáticos.. 3. Coleção Tesouro Nacional.. 4. Povos Africanos.. 5. Povos Indígenas..  
I. Alves, Maria Isabel Alonso. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## AGRADECIMENTOS

Neste trabalho, agradeço primeiramente a Deus por essa oportunidade de conseguir terminar este curso e por todo o sacrifício realizado, que se não fosse Deus não teria conseguido.

Agradeço a minha Família pelo apoio nesses anos e os seus incentivos para que não desistisse do curso.

Agradeço a Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel que foi minha orientadora no PIBIC e no meu TCC, e me ajudou com seus esclarecimentos e sabedoria, na qual, fui convidado como voluntário ao final ganhei uma bolsa na FAPEAM, toda a aprendizagem obtida com a professora foram essenciais.

Agradeço as minhas colegas de turma do curso de Pedagogia, Mylena, Lucina, Emanuele e Ester que me apoiaram e me ajudaram várias vezes ao longo desses anos, o apoio delas foram fundamentais nessa trajetória. Juntos formamos o “quinteto” fantástico do Curso de Pedagogia, nome que carrega nosso grupo no *WhatsApp*.

Agradeço também a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, por todo o suporte e assistência quando solicitadas à universidade.

Agradeço aos professores da banca Profa. Rozane Alonso Alves e Profa. Jusciléia Florêncio do Santos, pela leitura do trabalho e por oferecer conselhos e aprendizagens.

Agradecimento também à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pelo financiamento da pesquisa de PIBIC, agora transformada em TCC.

*Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, senhor de todas  
as coisas. Aquele me oportunizou respirar nesta caminhada  
formativa...*

*Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele (PROVÉRBIOS, 22:6.)*

## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é resultado de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), entre 2020 e 2021, vinculada ao Curso de Pedagogia da UFAM/IEAA, cujo objetivo foi analisar o material didático da Coleção Tesouro Nacional produzido em 2014, articulado aos depoimentos de docentes, gestores e pedagogos que atuam em uma escola da rede municipal de ensino em Humaitá/AM. Trata-se de pesquisa sobre a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 em meio aos processos de valorização e resgate histórico-cultural africano e indígena por meio dos materiais didáticos da Coleção Tesouro Nacional (2014), considerando as especificidades de cada povo, suas origens e ancestralidade. Parte-se de uma abordagem qualitativa, com fontes documentais (livros da Coleção Tesouro Nacional, Leis, Referenciais e outros) e questionários aplicados com gestores, pedagogos e professores da rede pública municipal de Humaitá/AM a respeito da aplicabilidade da Lei 11.645/2008 e os livros da coleção mencionada. Os resultados mostram a percepção dos gestores, pedagogos e professores sobre a aplicabilidade da Lei 11.645/2008 nas práticas didáticas na escola, bem como a análise da coleção mencionada. Os agentes escolares investigados mostraram não ter conhecimento acerca da Coleção Tesouro Nacional (edição 2014, analisada na pesquisa), mas entendem a importância da escola, por meio de conteúdos didáticos, abordarem a influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira.

**Palavras-chave:** Lei 11.645/2008. Materiais Didáticos. Coleção Tesouro Nacional. Povos Africanos. Povos Indígenas.

## ABSTRACT

This Course Completion work is the result of research carried out within the scope of the Scientific Initiation Program (PIBIC), between 2020 and 2021, linked to the Pedagogy Course at UFAM/IEAA, whose objective was to analyze the didactic material of the National Treasure Collection produced in 2014, articulated with the testimonies of teachers, managers and pedagogues who work in a school in the municipal education network in Humaitá/AM. This is a research on the applicability of Law 11.645/2008 in the midst of processes of valorization and historical-cultural rescue of African and indigenous people through the didactic materials of the National Treasury Collection (2014), considering the specificities of each people, their origins and ancestry. It starts with a qualitative approach, with documentary sources (books from the National Treasury Collection, Laws, References and others) and questionnaires applied with managers, pedagogues and teachers of the municipal public network of Humaitá/AM regarding the applicability of Law 11.645/2008 and the books of the aforementioned collection. The results show the perception of managers, pedagogues and teachers about the applicability of Law 11.645/2008 in teaching practices at school, as well as the analysis of the aforementioned collection. The investigated school agents showed no knowledge about the National Treasury Collection (2014 edition, analyzed in the research), but they understand the importance of the school, through didactic content, addressing the influence of African and indigenous peoples on Brazilian culture.

**Keywords:** Law 11.645/2008. Teaching materials. National Treasure Collection. African peoples. Indian people.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IEAA – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente

LDB – Lei de Diretrizes e Base

PIBIC – Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

TCC – Trabalho e Conclusão de Curso

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SEÇÃO 1 - A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	12
SEÇÃO 2 - DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	17
SEÇÃO 3 - ANÁLISES DE DADOS E RESULTADOS.....	19
3.1 A Coleção Tesouro Nacional .....	19
3.2 A pesquisa de campo com gestores, pedagogos e professores da rede municipal de ensino de Humaitá/AM.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
REFERÊNCIAS .....	32

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC está vinculado ao Curso de pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica - PIBIC<sup>1</sup> desenvolvido entre 2020 e 2021. Neste estudo destacou-se a problemática de como é feita a aplicabilidade da lei 11.645/2008 nos materiais didáticos voltados para o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

As leituras realizadas durante a pesquisa de PIBIC apontam que muitos são os problemas enfrentados pelas escolas, de forma geral, com relação à efetivação da lei 11.645/2008 que prevê as temáticas indígenas e africanas na sala de aula. A utilização de materiais didáticos e específicos voltados para a educação escolar no Ensino Fundamental I tem sido necessária e muitos materiais didáticos foram produzidos na tentativa de atender a demanda, porém, apesar da produção e disponibilização dessas materiais, pouco em sido a aplicabilidade destes no meio escolar, especificamente n contexto de Humaitá, Amazonas, *locus* da pesquisa realizada.

A didática escolar utilizada que trazem estas demandas sociais, desde o período colonial, esteve agregada aos conhecimentos advindos da sociedade ocidental, por meio da educação confessional dominadora (catequese jesuítica), ou formas segregacionistas escravocratas que colocam a população afrodescendente à margem social, desmerecendo suas culturas, línguas, religiões, identidades, etc.

Num contexto atual, as escolas indígenas e quilombolas têm procurado modificar essa visão eurocêntrica de dominação ou aculturação de suas populações, todavia, muito ainda há de se fazer para que se conquiste o direito à educação escolar que contemple tais temáticas nas salas de aula das escolas não indígenas, de modo que as populações minorizadas sejam reconhecidas e respeitadas em suas diferenças e diversidades e em seus espaços de educação formal.

As discussões sobre o respeito às diversidades culturais no Brasil têm acontecido de forma um tanto tímida, levando em consideração as datas do início da colonização em detrimento as de criação das legislações brasileiras que favorecem a especificidades culturais indígenas e quilombolas, sendo que o primeiro ato Constitucional foi a Constituição Federal (CF/1988) na década de 80, seguida posteriormente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

---

1 Pesquisa financiada pela FAPEAM

(LDB/96), Lei 11645/2008 entre várias outras Leis, Resoluções e Referenciais que institucionalizam as premissas legais que regulamentam e orientam o Ensino Fundamental I, levando em conta as diversidades étnicas e culturais brasileiras.

Durante a formação docente no Curso de Licenciatura em Pedagogia do IEAA foi possível verificar (em meio à vivência<sup>2</sup> com colegas discentes do Curso de Pedagogia do IEAA) a falta de conhecimento, ou mesmo uma visão estereotipada sobre as populações Afros e indígenas, deficiência de conhecimento provavelmente arraigado na formação eurocêntrica do povo brasileiro que acaba tecendo a base de ensino, o que inclui o Ensino Fundamental I.

Tal observação impulsionou tensionar, a partir das impressões produzidas junto aos discentes do curso de pedagogia, os princípios que orientaram a formação inicial, momento em apontaram para uma ineficiência presente nos materiais didáticos utilizados, principalmente livros didáticos, que, em relatos informais, alguns discentes mostravam os afro descendentes e os indígenas de forma estereotipada e à margem social, como: “indígena selvagem” e o “negro serviente” (empregada doméstica, a babá, o zelador, o porteiro, etc,) mostrando sempre estas populações em situação de subordinação social ou inferiorização cultural.

A intenção nos diálogos informais com os discentes era compreender como se dava o a formação inicial para o ensino em meio ao planejamento didático docente de modo que estes contemplem as diversidades culturais e locais do Brasil.

As conversas informais com os pares discentes na universidade despertaram o interesse pela temática, assim, passamos à problemática desta pesquisa: Há materiais didáticos específicos que abordam as questões africanas e indígenas, que possam ser utilizados no Ensino Fundamental I de modo coerente, fortalecendo as identidades (cultural, étnica, religiosa, entre outras diferenças) destes povos? Este questionamento inicial oportunizou a elaboração do Trabalho que ora apresentamos.

Assim, tendo em mente as discussões durante a formação docente no curso de pedagogia do IEAA, passamos levantar materiais didáticos voltados para o ensino Fundamental I que trouxessem a temática indígena e afro em suas propostas como conteúdos específicos. Encontramos a Coleção Tesouro Cultural, intitulada “Influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira”, sendo os volumes 1, 2, 3, 4 e 5 (livro do professor), em sua primeira edição. Trata-se de um material didático produzido pela editora D.C (Divulgação Cultural), publicado em 2014, de autoria de Guilherme de Vasconcelos Almeida.

---

<sup>2</sup> Vivências do discente pesquisador durante a formação no curso de pedagogia do IEAA/UFAM.

O material citado levou-nos aos seguintes questionamentos: Quais são os princípios teóricos que orientam estas temáticas nestes livros didáticos? As escolas (por meio de sua equipe pedagógica – gestores, pedagogos e professores) conhecem a coleção citada? Se conhecem, como percebem as questões afro e indígenas no material selecionado? Ao identificar o material citado, entendemos a necessidade de uma análise científica que mostre a relevância didática e a abordagem intercultural do material, levando em conta a lei 11.645/2008. Para tanto, a partir da proposta de Iniciação à Pesquisa – PIBIC no âmbito da PROPESP, ampliar a temática neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar os processos de valorização e resgate histórico-cultural africano e indígena por meio dos materiais didáticos da Coleção Tesouro Cultural (2014), considerando a aplicabilidade da Lei 11.645/2008. De forma específica buscamos: ba) Analisar os materiais didáticos voltados para o Ensino Fundamental I, da coleção Tesouro Nacional, edição de 2014; b) Verificar se as escolas (por meio de sua equipe pedagógica – gestores, pedagogos e professores) conhecem a coleção citada; c) Verificar se os agentes escolares citados trabalham as questões africanas e indígenas no contexto de ensino escolar.

Ao observar o material didático mencionado sobre a cultura, história e trajetória dos povos africanos e indígenas, além do seu espaço social e cultural na sociedade, notou-se uma necessidade ampliar e pesquisar mais sobre esta temática que, apesar de ser explorada, atualmente, é um debate que persiste pela sua importância sobre como vemos, vivemos e estudamos a cultura africana e indígena.

Além de contemplar o quanto o aprendizado e a explicação sobre essa temática desenvolverá novos saberes, produzindo reflexões tanto no sentido cultural, quanto no acadêmico

A escolha deste tema surgiu da necessidade de ampliar o conhecimento sobre a produção de material didático, livros, e histórias contadas em sala, na qual por muitas vezes são errôneas. Acabar aos poucos com os estereótipos, oferecendo materiais científicos que produzam e ajudem outros estudantes que buscam por informações que na maioria das vezes é escassa. Além de ser um importante ponto para a minha vida profissional, acadêmica e pessoal contemplar e compartilhar informações, e como a lei deve ser aplicada para trabalhar a favor dos povos africanos e indígenas.

A metodologia adotada neste trabalho é um estudo com caráter descritivo e abordagem qualitativa, na qual, utilizou-se também de um roteiro semiestruturado direcionado a equipe

pedagógica, docente e gestora, na qual, buscou analisar os materiais e os profissionais para aprofundar a pesquisa.

Alguns autores utilizados nesta pesquisa para aprofundamento e embasamento foram Vasconcellos; Borges (2015); Gomes (2007), entre outros que discutem a questão, além de documentos oficiais, como o DCNEI (2013).

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em 3 seções, na qual a primeira seção traz o referencial teórico sobre as concepções do histórico-cultural, produção de materiais educacionais africano e indígena nas escolas, e a perspectiva de como os eixos são elaborados e as necessidades que os docentes, equipe pedagógica e os gestores descrevem a importância da disseminação da diversidade nas escolas.

Na segunda seção é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, na qual delinea-se as etapas do processo para conseguir os dados. Na terceira seção são apresentados a análise e resultados dos dados, do material pesquisado, analisado e interpretado, buscando explicar os pontos importantes da pesquisa de campo, convergindo com os dados literários e a entrevista com os gestores, equipe pedagógica e docentes pesquisados.

## SEÇÃO 1

### A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS NO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

A diversidade cultural é um aspecto comum na cultura brasileira, o Brasil é conhecido por sua miscigenação, sendo assim a presença de diversos aspectos culturais, sociais e religiosos são visíveis na sociedade. Mas, na perspectiva didática ainda existe uma dificuldade em discutir esses conhecimentos no âmbito da educação. Historicamente a educação sempre teve um esfera religiosa predominante, isso pode ser observado quando os índios foram catequizados pelos jesuítas, com a chegada dos portugueses ao território, hoje brasileiro. A forma com os indígenas foram tratados historicamente mostram a segregação de suas culturas e práticas religiosas, além de outros sofrimentos, como violências físicas e psicológicas, acentuando a diferenças de forma estereotipadas.

Para Gomes (2007), as diferenças são mais que apenas características físicas e biológicas, vão além quando consideramos o processo histórico que são construídas pelos sujeitos carregados de cultura, história e tempo. Percebe-se, neste sentido, a importância de diversificar os conteúdos e resgatar a cultura e a história dos povos africanos e indígenas, somos inseridos numa sociedade cultural e histórica e precisando mudar essa perspectiva eurocêntrica.

Mesmo que a lei 11.645/2008 seja assegurada para orientar os materiais e as práticas pedagógicas voltadas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais. Existiu uma demora para que fosse assegurado esse direito nas instituições privadas e públicas, isso quando observamos o histórico das leis e decretos que debatem sobre a importância de disciplinas e materiais nos programas pedagógicos e currículo.

O contato primário de uma relação que protegesse e assegurasse a importância histórica e social dos afro-brasileiros e indígenas foi na Constituição Federal de 1988, um passado bem recente, seguido da LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, e em 2008, a lei 11.645. É relevante e urgente, “Uma educação para o reconhecimento do ‘outro’, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais.” (CANDAUI, 2008, p. 52).

De acordo com Miranda, Pastana e Ferro (2017), depois do regime militar nasceu a necessidade de uma interculturalidade nos currículos escolares, era preciso ganhar espaço para os grupos menos favorecidos socialmente e historicamente, como os quilombolas e indígenas.

Sendo assim, durante esse tempo, termos, conceitos e histórias estereotipadas foram compartilhadas tanto nas escolas como na formação docente nos cursos de licenciaturas. As

leituras realizadas apontam que é preciso demonstrar o quanto as culturas diversificadas modificam o olhar dos estudantes, da sociedade sobre as culturas divergentes, diminuindo assim o etnocentrismo partindo apenas de uma cultura, de um ponto de vista, neste sentido, é relevante a aplicabilidade da Lei 11.645/2008.

De acordo com Borges (2015), a inclusão de materiais e conteúdos na educação básica em seu currículo amplia o foco e a transmissão de conhecimentos, além de diversificar os aspectos culturais, sociais, raciais e econômicas. Nestes termos, Para avançarmos nessas questões, uma outra tarefa faz-se necessária: é preciso ter clareza sobre a concepção de educação que nos orienta. Há uma relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas. (GOMES, 2007, p. 18).

É preciso existir também profissionais qualificados para promover essa ação e uma equipe pedagógica e de gestão escolar competentes para desenvolver esse trabalho, que precisa de uma constância. Antes dos professores promoverem qualquer ato de explicação de conteúdo relacionado à diversidade cultural ou práticas de produções voltadas para o tema, faz-se necessário que estes conheçam sobre desenvolvimento cultural, biológico, histórico e humanista dos povos originários, bem como sobre a trajetória e participação dos negros na produção histórica e cultural período de colonização do Brasil e, a partir disso, produzir reflexões acerca da interculturalidade presente a formação histórica do povo brasileiro.

A interculturalidade aqui mencionada se ampara nos apontamentos de Candau (2008) que apresenta a interculturalidade crítica como sendo aquela que ocorre mediante a relação entre culturas. Tal relação intercultural está para além da certificação de que existem culturas diversas. A interculturalidade, nesta forma de ver, ocorre com base no reconhecimento e no respeito ao outro em seus diversos aspectos, seja este outro, o indígena, o negro, entre outras diferentes.

De acordo com Miranda, Pastana e Ferro (2017), a interculturalidade dentro do campo da educação diminui e ajuda no combate de discriminação e segregação racial. É justamente esse um dos principais papéis da educação interdisciplinar e intercultural, promover uma ação que ajude a escola como um todo e perceber sua importância social, histórica e cultural no país. Exemplo disso é o Plano Decenal<sup>3</sup> de 1993-2003 na qual incluíam as discussões étnico raciais

---

<sup>3</sup> “O Plano Decenal de Educação é uma política educacional. Um conjunto de reflexões, de intenções e de ações que respondem a demandas reais da educação no ente federativo, centradas em estratégias de curto, médio e longo prazo. Não é um plano de governo, limitado a um mandato eleitoral, mas um Plano de Estado, com dez anos de



e diversidade nos seus currículos, porém, existia um desgaste de conceitos ambíguos sobre a questão. De acordo com Amâncio e Gomes (2008), com a lei de 10.639/2003 passaram a surgir ofertas de curso para aperfeiçoamento nos temas curriculares de História da África e da cultura afro-brasileira.

Para diminuir a inferiorização, preconceitos e racismos, os currículos bem adequados a diversidade nas escolas trouxeram um impacto positivo para a sociedade, já o ambiente escolar é considerado um espaço de transformação social e cultural. A escola, neste modo de pensar, acaba sendo um local que pode trabalhar as diferenças culturais, bem como questões socioculturais articuladas aos conteúdos específicos dos variados componentes curriculares.

O segundo ponto para o ensino das culturas afro-brasileira e indígena é ressaltar que o conteúdo e a produção das atividades sejam além das datas comemorativas, esse é um processo muito comum nas instituições privadas e públicas; em datas comemorativas realizar peças, texto, painéis somente nesses dias, o que acaba intensificando a segregação das culturas indígenas e afro-brasileiras, colocando-as nas margens.

Como dito anteriormente, os professores precisam de preparo para adequarem-se às novas mudanças, cabe aos sistemas governamentais disponibilizarem tais formações e darem condições pedagógicas às escolas para que elas ocorram, porém depende também dos interesses que a equipe escolar manifestam sobre o tema. A coordenação pedagógica e gestão escolar podem auxiliar nessa parte, e também compartilhar a visão sobre este problema em questão de como melhorar a ação didática docente voltadas para a questão, seja na formação continuada ou outros momentos de acompanhamento e formação.

Concordamos que é “[...] de grande importância que os docentes tenham formação para trabalharem certos conteúdos, que tenham suporte teórico metodológico, e materiais didáticos para abordar esse conteúdo de forma eficaz” (LIMA, 2016, p. 15),mas também é preciso que haja uma formação continuada, formando professores, profissionais aptos e conhecedores plenos do assunto, já que, um dos motivos que tem dificultado a aplicação da lei (já citada) tem sido a resistência de muitos professores em diversificar suas aulas e propor atividades voltadas para o tema. O próprio PCN (1997), orienta que o ensino e a aprendizagem devem ser voltados

---

duração e institucionalizado por meio de Lei Municipal, articulada a uma legislação estadual e nacional. Não é meramente um projeto ou soma de projetos da educação escolar da rede municipal. O Plano Decenal de Educação engloba ações de todas as esferas administrativas atuantes no município: a rede estadual de ensino e as instituições federais de educação. E as escolas privadas, apesar de serem de livre iniciativa, devem colaborar e se submeter às regras e leis públicas, inclusive à Lei em que se converterá o PME. Por isso, são convidadas a participar do processo”. Informações disponíveis em <https://www.gesois.org.br/novo/pde.php> Acessado em 23 de fevereiro de 2023.

para conceitos, modo de vida social, cultural e econômico, na qual, produzem leitura do passado ao presente de estilos de vidas.

Então, partindo disso a escola como forma de incentivo precisa fornecer informações, formação continuada e complementar, este ponto é importante, porque esse incentivo fornece repertório para ser trabalhado em sala de aula.

Historicamente, de acordo com Munanga (2005) nos cursos de formação de professores em nível de magistério (equivalentes ao segundo grau) não apresentavam dedicação ou ênfase para em atividades formativas para trabalhar a especificidade das questões étnicas e raciais brasileiras, com a falta dessa formação, os professores passavam a assumir a sala de aula sem maiores preocupações com as questões étnicas e raciais. A este respeito, refletimos que,

A autonomia dos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, no cumprimento do exigido no artigo de Lei citado acima é um ponto importante nesse processo. Essa autonomia permite que se valham da colaboração das comunidades a que a escola serve, do apoio direto e indireto das universidades, do Movimento Negro, de grupos de capoeira ou congada, entre outros, portanto, propicia um momento de interação escola/comunidade. (BORGES, 2015, p. 3-4)

A escola, a partir da Lei 11.645/2008 passou a ter autonomia para comunicação com grupos quilombolas, indígenas e movimentos negros, bem como a estabelecer parcerias a fins de comunicação que pudessem compartilhar e transmitir conhecimentos para os alunos, professores e comunidade escolar. Tal autonomia, de alguma forma, pode gerar impacto na formação, produção e explicação desses conteúdos com os materiais escolares, didáticos e preparação de aulas, porém, essa parceria depende das necessidades e dos interesses da equipe escolar.

A defasagem da história afro-brasileira e indígena, muitas vezes está ligada às deficiências na formação inicial nos cursos de graduação, que tem dados pouca importância para disciplinas que tratam da temática, muitas vezes, colocadas na grade curricular de forma optativa e não obrigatória, ou mesmo sendo obrigatórias, estas possuem uma carga horária inferior às demais disciplinas, como é o caso do Curso de pedagogia do IEAA que trazem como obrigatórias as disciplinas *Educação dos Povos Indígenas na Amazônia e na Contemporaneidade* e *Educação das Relações Étnico-raciais e Culturais na Escola*, sendo estas com carga horária de 45h. Como optativas, a grade do curso de pedagogia traz as disciplinas: *Fundamentos da Educação Escolar Indígena* e *História da Cultura Amazonense*, cada uma com 60h (PPC, 2018).

Amância (2008), aponta que, o pouco conhecimento científico e acadêmico dificulta o processo didático nas escolas sobre as histórias dos povos indígenas e africanos. A história trazida nos livros didáticos muitas vezes coloca o indígena e a população de matriz africana de forma estereotipada ou inferiorizada, ou ambos como os “vilões” ou “selvagens” da história, apontando para a escravidão no período colonial sem aprofundar as mazelas colonialistas que subjogavam as histórias “outras”, especificamente a dos indígenas e negros. Assim,

Por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma tendência nas culturas, de um modo geral, de ressaltar como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente (GOMES, 2007, p. 18).

É necessário quebrar os paradigmas colonialistas nas salas de aula trazidos a partir do colonizador, impondo a visão de que os afrodescendentes são apenas descendentes de escravos africanos ou que os indígenas são "selvagens que foram civilizados historicamente. Os conteúdos didáticos escolares, por meio dos materiais produzidos, carecem ampliar tais discussões e mostrar o pertencimento étnico desses povos, além da contribuição destes para a miscigenação racial e cultural do Brasil.

Grandes nomes históricos escritores, pintores, poetas e filósofos na história do Brasil foram negros, e como os povos indígenas ajudaram a construir costumes e os líderes fizeram a diferença na religião, culturas, danças e modos de vidas sociais.

Em alguns filmes, novelas, livros e outros os negros são retratados como empregados da casa grande e que os indígenas são selvagens, que vivem da caça e da pesca, que habitam as florestas entre outros estereótipos. Fortalecer essas temáticas com atividades comemorativas não são corretas, precisa ultrapassar esses termos errôneos desde cedo. “É preciso que haja uma consideração e uma compreensão maior à realidade vivida pelo professor dentro da escola, seus dilemas e desafios.” (MIRANDA, PASTANA E FERRO, 2017, p. 7).

Mostrar a história, a trajetória de vida e de luta, as conquistas, as identidades e cultura (s) seria um importante passo na educação escolar. Lutar contra o racismo e discriminação é algo inerente ao processo escolar. A esse respeito, Borges (2010) retrata que a inclusão do tema história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação brasileira é um momento histórico ímpar, de crucial importância, porém ela traz uma necessidade de professores qualificados para este trabalho, pessoas sensíveis e capazes de direcionar

positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico raciais, no sentido do respeito e da correção de posturas e atitudes.

## SEÇÃO 2

### DELINEAMENTO DA PESQUISA

O desenvolvimento deste projeto foi com base no Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Federal do Amazonas-CEP/UFAM, respeitando a autonomia dos sujeitos pesquisados, garantindo desta forma, o zelo das informações e o seu total respeito nesta pesquisa. Foi realizado junto a secretaria Municipal de educação-SEMED, levantamento sobre a quantidade de escolas, concomitantemente, gestores, pedagogos e professores que atuam nos anos iniciais do ensino Fundamental I para fins de levantamento a respeito do material didático utilizado em análise nesta pesquisa de PIBIC, além de entrevista a respeito das percepções das questões afro e indígenas no material selecionado, ou como estes sujeitos abordam a aplicabilidade da lei 11.645/2008 em suas práticas pedagógicas.

Este trabalho utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com uso de análise documental da Coleção Tesouro Cultural, Leis, Referenciais, e outros, além de questionários direcionados aos pedagogos, gestores e professores que aceitarem participar da pesquisa. Na concepção de Oliveira (2007), a abordagem qualitativa “visa buscar informações exatas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objetivo de pesquisa” interpretando os fatos e imprimindo-lhes uma compreensão.

A pesquisa ora proposta tem o emprego da análise documental – técnica que considera as fontes seja de ordem bibliográfica ou referente a consultas de documentos (BARDIN, 2011), podendo ser os documentos, os livros da coleção já citada, Lei 11.645/2008, Referenciais para a educação básica. Também utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para o tratamento dos dados produzidos nas entrevistas com gestores, pedagogos e professores. Assim, a pesquisa em questão, foi desenvolvida a partir de três etapas: a) estudos preparatórios sobre o

tema; c) levantamento e sistematização dos dados da pesquisa; d) análise e escrita final deste TCC. Vale ressaltar que os participantes consultados foram mantidos no anonimato.

A metodologia adotada neste trabalho utilizou-se da abordagem qualitativa e descritiva. Descritiva para conhecer a realidade do fenômeno particular, no caso, o material didático nas escolas públicas no município de Humaitá, Amazonas. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), este tipo de estudo busca uma natureza ou fenômeno em particular para estudar, coletando, classificando e analisando suas características individuais e coletivas. Para iniciar essa pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico para buscar as informações necessárias. Segundo Yin (2001), a coleta de informação é necessária em qualquer pesquisa o pesquisador precisa buscar as fontes de evidências para obtê-las, sendo elas: pesquisa documental; observação direta, indireta, entrevistas, observação participativa e artefatos físicos.

Para esta pesquisa utilizou-se do levantamento bibliográfico em livros e artigos científicos que tratam da aplicabilidade da lei 11.645/08, a influência dos povos indígenas e afro-brasileiras. Para complementar a pesquisa, foi realizada também uma pesquisa de campo junto ao corpo docente, pedagogos e gestores escolares de Humaitá/AM.

A pesquisa de campo junto aos agentes escolares mencionados ocorreu entre os meses de março e maio de 2021, período após a aprovação do projeto na Plataforma Brasil. Os agentes escolares que participaram da pesquisa pertenciam ao quadro municipal de servidores da educação e encontravam-se lotados na mesma escola.

Cabe ressaltar, que à época da pesquisa, o mundo passava pela crise de saúde em função da pandemia causada por Covid-19, o que dificultou o acesso presencial às escolas, bem como junto aos participantes da pesquisa. As dificuldades também foram com relação às respostas dos questionários, fazendo com que a metodologia da pesquisa fosse repensada, especificamente na produção dos dados junto aos participantes. Os questionários eram semiestruturados e foram enviados por *WhatsApp*, assim, parte destes foi devolvido de forma escrita e parte por meio de áudio.

Em nenhum momento o nome da escola, bem como a identificação dos agentes da pesquisa foram divulgados, isto em função da ética na pesquisa, conforme parecer de aprovação junto ao CEP/UFAM. Foram contatados os seguintes agentes: uma professora dos anos iniciais, uma gestora e uma pedagoga. Tanto a escola, como os participantes foram selecionados mediante aproximação do discente pesquisador com a equipe escolar, pois a SEMED não retornou, em nenhum momento, as mensagens de solicitação de quantitativo docente, bem

como do panorama das escolas municipais para fins de localização e convite para a pesquisa, isso, apesar de ter assinado o Termo de Anuência para a pesquisa. Assim, os agentes escolares que aceitaram participar da pesquisa foram três pessoas, nomeados aqui como D (docente), G (gestora) e P (pedagoga). Essa identificação consta nas análises.

### SEÇÃO 3

## ANÁLISES DE DADOS E RESULTADOS

Os textos dos estudos foram: *A aplicabilidade da lei 11.645/08 dentro das práticas pedagógicas, Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE, inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica e superior: momento histórico ímpar e A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental*. Todos esses textos foram localizados a partir dos descritores *aplicabilidade da Lei 11.645/2008; história da cultura afro e indígena nos materiais didáticos; coleção tesouro Nacional*.

Os dados aqui foram organizados e analisados em dois eixos, sendo: 1- A Coleção Tesouro Nacional; 2 – A pesquisa de campo. Para entender sobre o tema pesquisado foi realizado um levantamento bibliográfico, considerado aqui a primeira fase da pesquisa, cujo levantamento auxilia as análises aqui apresentadas.

#### 3.1 A Coleção Tesouro Nacional

Sobre a Coleção Tesouro Nacional ilustrada, o autor desta, destaca-se o seguinte: Guilherme de Vasconcellos Almeida, autor da coleção, expõe que sua criação se deu em função da exigência legal da aplicabilidade das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, sendo que, a partir da implantação destas Leis, as escolas passaram a ter responsabilidade em inserir discussões acerca da história afro-brasileira e indígena nos currículos escolares em todas as escolas brasileiras, sendo que tais conteúdos foram incorporados em disciplinas como Arte, Literatura e História do Brasil. Importante ressaltar que,

Se por um lado foram criadas políticas públicas para a inclusão e proteção de povos oprimidos, o que é fundamental para a valorização da contribuição desses povos na formação da identidade brasileira, por outro, a instrumentalização para a aplicação dessas políticas não acompanhou a necessidade das instituições de ensino. Ainda se sente falta de quesitos fundamentais como a capacitação dos professores para o ensino de conteúdo sobre questões étnicas e da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena; abordagem estereotipada da história e cultura afro-brasileira e indígena nos livros didáticos; ausência de abordagem com profundidade dos conteúdos necessários sobre o assunto para um efetivo trabalho analítico e educacional (VASCONCELLOS, s/d, s/a).

No sentido de viabilizar a aplicabilidade desses conteúdos nas escolas de anos iniciais, segundo Vasconcellos, a Coleção Tesouro Cultural – Influência dos Povos Africanos e Indígenas na Cultura Brasileira foi planejada para atender o nível de desenvolvimento do estudante, propondo assim, uma abordagem que traz em seu foco a história da África e das populações indígenas brasileiras, de modo a levar o estudante, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental a compreender as histórias e a importância destes povos para a formação do povo brasileiro.

Em seus objetivos, a Coleção tesouro Nacional aponta que estes estão voltados para possibilitar a efetiva aplicação da legislação vigente, principalmente as leis 10.639 e 11.645, de modo a atender às necessidades dos professores e com proposta educacional compatível com o nível de desenvolvimento dos alunos. Vasconcellos aponta que o objetivo principal da *Coleção Tesouro Cultural – Influência dos Povos Africanos e Indígenas na Cultura Brasileira* é amparar os professores na aplicabilidade das leis mencionadas.

São objetivos do material analisado: a) Apresentar material visualmente atraente, com informações claras e objetivas e com atividades instigantes, divertidas e significativas; b) Contribuir com a aprendizagem de leitura de imagens; c) Auxiliar no desenvolvimento de noções de temporalidade; d) Contribuir para o desenvolvimento da alfabetização cartográfica; e) Esclarecer sobre os costumes de uso de máscaras, no passado e no presente, em rituais de povos africanos e indígenas; f) Elucidar a importância da pintura corporal usada em rituais por povos africanos e indígenas; g) Identificar a origem africana ou indígena de jogos e brincadeiras comuns em atividades infantis; h) Possibilitar a identificação da influência de vários povos na cultura alimentar brasileira; i) Apresentar informações sobre a arte e o artesanato de povos africanos e indígenas; j) Esclarecer sobre a origem africana ou indígena de objetos usados no dia a dia – rede, cesto, jarro; k) Apresentar informações sobre a fusão de elementos culturais africanos, indígenas e europeus e sua ressignificação; l) Esclarecer sobre as influências das crenças religiosas africanas e indígenas nas festividades, nas comemorações, nos costumes e na cultura

do povo brasileiro; m) Possibilitar a compreensão de que a língua portuguesa falada no Brasil apresenta palavras de origem africana e indígena; n) Demonstrar a influência dos povos africanos e indígenas na formação do povo brasileiro e de sua cultura; o) Enfatizar a importância das culturas dos povos africanos e indígenas na formação individual e coletiva; e, p) Apresentar informações sobre a participação de africanos, afrodescendentes e indígenas nos processos históricos do Brasil.

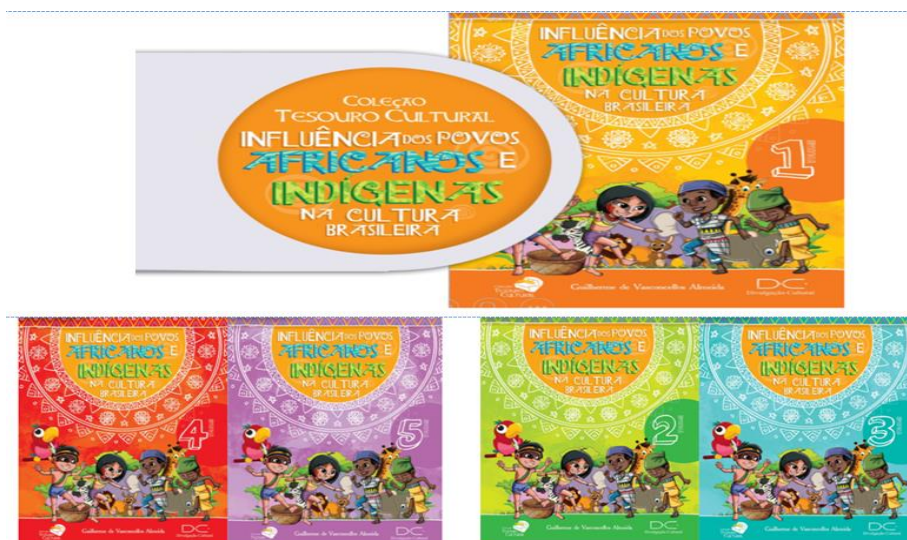
Entende-se que a coleção analisada compreende um conjunto de recursos que ajudam os docentes na aplicabilidade da lei 11.645/2008 enquanto conteúdos didáticos e possibilitam aos estudantes do Ensino Fundamental I desenvolver conhecimentos sobre a influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira, além de trabalhar de maneira interdisciplinar com Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes entre outros componentes curriculares, como educação física, por exemplo. É importante que se insira uma formação continuada aos profissionais da educação básica para que sejam aptos a trabalharem a temática na aplicabilidade dos conteúdos específicos, podendo ser articulada interdisciplinarmente.

A coleção tesouro traz em seus livros muitos pontos os quais sendo dividido entre todas as coleções, sendo elas cinco coleções a mesma recebe o nome de Influência dos povos Africanos e indígenas na cultura Brasileira. O primeiro volume da coleção traz uma apresentação relatando pontos como as diferenças existentes, ressaltando exatamente que cada povo tem cultura, comidas e formas diferentes de viver o seu dia a dia em seguida já se dá início ao conteúdo.

Sendo o primeiro sobre os povos africanos é trabalhado que a África é composta por muitos povos e que cada povo têm suas línguas individuais algumas chegam até mesmo a ter a língua portuguesa como sua também, mesmo um país grande cada povo daquele país é diferente sendo as formas de se vestir, se alimentar, suas religiões e como trabalham. Assim, analisamos a Coleção:

**Figura 1:** imagem da Coleção Tesouro Nacional





Fonte: Imagens da coleção Tesouro nacional disponível em [http://www.afreaka.com.br/notas/colecao\\_de-livros-difunde-cultura-afro-brasileira-nas-escolas/](http://www.afreaka.com.br/notas/colecao_de-livros-difunde-cultura-afro-brasileira-nas-escolas/)

O volume 1 se preocupa em mostrar a diversidade existente entre indígenas também relatam até mesmo que a cerca de 238 povos e 180 diferentes línguas algo que está no dia a dia nas escolas e nas ruas. São as brincadeiras é um outro ponto que este volume destaca. As brincadeiras que são de origem tanto indígenas quanto africanas, as pinturas indo até mesmo à relação de máscaras de diferentes formas e significados. No volume 2 o autor procurou trazer os diferentes instrumentos músicas existentes, em seguida, sobre os ritmos e danças afro-brasileiros. Neste capítulo o livro aborda as festas e ritmos do Brasil, contemplando a diversidade aqui existente como contribuição cultural destes povos.

Já no volume 3, a Coleção veio trabalhando a linguagem, trabalha a língua portuguesa e segue com a história dos alimentos, alimentos na África e suas influências no Brasil e a culinária indígena e afro-indígenas brasileiras. O quarto volume caminha com conteúdos relacionados a lendas e histórias, sendo, lendas e histórias africanas, lendas e histórias indígenas. Também trabalha com as religiões africanas e indígenas.

O último volume da coleção traz em primeiro momento a relação da chegada dos portugueses ao Brasil, como foi esse processo, em seguida apresenta e procura levar ao conhecimento sobre a África segue trabalhando a relação do trabalho escravo e por último relata como se deu a luta pela cidadania afro-brasileira e indígena.

Por anos convive-se com exclusão dos povos indígenas e africanos no Brasil, esta parcela da população tem sido invisibilizada e inferiorizada, inclusive nos materiais didáticos produzidos pelo viés eurocêntrico. A Coleção tesouro nacional, em sua abordagem, de certa

forma tenta promover reflexão sobre as múltiplas culturas e identidades indígenas e africanas, e de uma forma considerada positiva nesta análise, busca quebrar os estereótipos de homogeneidade e de fixidez que tem sido produzido pelos discursos postos nos livros didáticos, em maioria.

A luta para que esse cenário mudasse ocorreu por anos e, mesmo com algumas conquistas – as leis que garantem um ensino intercultural e de valorização da história e identidade desses povos, ainda comum identificar discursos coloniais nos livros didáticos. Tais discursos escolares ainda preconizam estereótipos de superioridade racial, já ainda há pessoas que acreditam na ideia de superioridade/inferioridade étnico-racial e coloca a cor, a etnia, a cultura, a identidade e suas diferenças, o gênero, entre outros, em um patamar de polaridades e binarismos.

A Coleção Tesouro nacional, em nossa análise, mostrou que cumpre com o seu objetivo de trabalhar a cultura africana e indígena, traz reflexões sobre a influência dos discursos eurocentrados/coloniais que produzem os estereótipos e preconceitos que causam discriminação e binarismos acerca daqueles/os vistos diferentes por sua cor, etnia, identidades, culturas, entre outros. A Interculturalidade pode ser vista como fruto da relação entre as várias culturas que configuram a identidade do nosso povo e está sempre presente em todos nós, na verdade, uma grande parte da nossa história e cultura pode ser rastreada até 1500. Antes da chegada dos europeus, os povos indígenas viveram nela, seja nos costumes e estilos de vida de vários povos na África antes de serem trazidos para a África.

Com a promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, que foi responsável pela inclusão dos afro-brasileiros e da história da África nos currículos escolares, a Lei nº 11.645 acrescentou a obrigação de ensinar cultura e história indígenas em todas as escolas nacionais de ensino fundamental e médio. Desde 2008, o problema afro-brasileiro foi resolvido em disciplinas como arte, literatura e história brasileiras.

Se, por um lado, as políticas públicas são formuladas para tolerar e proteger os oprimidos, então isso é fundamental para que a contribuição desses povos na formação da identidade do Brasil seja valorizada e, por outro lado, fornece ferramentas para a implementação do povo oprimido. Essas políticas não atendiam às necessidades da agência. Ainda faltam questões básicas, como a formação de professores para lecionar sobre questões étnicas e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; estereótipos de história e cultura

afro-brasileira e indígena nos livros didáticos; falta de análise aprofundada e educação explore o conteúdo necessário do assunto.

A influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira visa atender o nível de desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental, portanto, com base no interesse e compreensão dos alunos, propõe-se uma abordagem temática para tensionar gradativamente as disciplinas que demandam ampliar conhecimentos advindos dos povos africanos e indígenas. O tema escolhido pela Coleção Tesouro nacional para analisar a influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira prioriza o cotidiano dos grupos indígenas e africanos e explora o conhecimento prévio que os estudantes possuem sobre eles, levando a compreender a origem da constituição do povo brasileiro e refletir sobre as culturas vivenciadas no contexto de hoje. Portanto, a Coleção Tesouro Nacional parte de temas que existem no dia a dia dos alunos e de temas que lhes são próximos, para resolver os conceitos envolvidos em seu desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico, como cultura ou integrismo, ou ainda Localização no espaço e tempo, sempre buscando a interculturalidade e o reconhecimento histórico desses povos.

A interculturalidade observada nos materiais didáticos da Coleção Tesouro Nacional está presente nos jogos, objetos usados no dia a dia, no lazer, na maneira de se vestir, na música que ouvimos, nas brincadeiras e danças, na língua que falamos, nos alimentos que comemos, nas histórias e lendas que conhecemos, nas crenças que temos, etc. Tudo isso refletem o que chamamos de miscigenação do povo brasileiro (RIBEIRO, 1995). O material didático "*A Influência dos Tesouros Culturais da África e dos Povos Indígenas na Cultura Brasileira*" da Coleção Tesouro Nacional, fornecem recursos – sequência didáticas – que estimulam a valorização e o reconhecimento da população negra e indígenas, além de trabalhar a influência histórica e cultural desses na constituição do povo brasileiro, sendo que o material pode ser utilizado de forma interdisciplinar com os componentes curriculares de Língua Portuguesa, História, Geografia, Arte e outros.

Entendemos que a Coleção citada possui recursos didáticos importantes que podem ajudar na efetivação de um ensino que busque romper com os discursos eurocentrados que colocam a história desses povos à mercê dos estereótipos potencializados pela ocidentalidade, mas que carecem de interesse, por parte do sistema educativo ou por parte de alguns professores, colocá-los em prática.

### 3.2 A pesquisa de campo com gestores, pedagogos e professores da rede municipal de ensino de Humaitá/AM.

Algumas das questões acima podem ser observadas nas respostas postas no questionário enviado a gestores, pedagogos e professores da rede municipal de ensino de Humaitá/AM. A serem questionados se estes conhecem a Coleção Tesouro Nacional, estes responderam que não tiveram contato com a Coleção, que o município não disponibiliza este ou outro material específico que trabalhe as questões africanas e indígenas e, que, não a conhecem. Aos serem questionados se o Município oferece subsídios didáticos que possibilitem a aplicação da lei 11.645/2008 em sala de aula, algumas respostas mostram que há pouco incentivo material e de infraestrutura para a aplicação da referida lei.

*G - O Município não oferece materiais que abordam essas temáticas. Os livros didáticos são enviados pelo Governo Federal através do programa PNLD. Esses Livros abordam essas questões em seu conteúdo.*

Sobre a abordagem da temática “diversidade étnico-racial” em sala de aula, algumas respostas deram pista de que este conteúdo é pouco explorado no contexto escolar:

*G - As diversidades étnicas raciais são abordadas em sala de forma a conscientizar os alunos sobre as diversidades. Pois a escola deve promover momentos de reflexão e empatia para que nossas crianças entendam que as diferenças devem ser respeitadas e valorizadas. Essa temática é trabalhada na maioria das vezes por meio de projetos.*

*D - Esse tema ainda é um desafio para os docentes, devido à resistência de alguns pais e alunos, provenientes de preconceitos e pela falta de conhecimento necessário para o andamento de um trabalho e resultado satisfatório.*

*D - Essa questão pode ser trabalhada de várias formas como livro didático nas disciplinas de História. Também de forma interdisciplinar através de músicas, danças, teatro, etc. Para que seja valorizado a história da cultura afro-brasileira e indígena.*

*P - Quando esses assuntos não são abordados nos livros eles são colocados nas propostas na parte diversificada, que são abordados através de historinhas infantis, danças e músicas e pesquisas sobre o tema.*

*D- A maior dificuldade é adequar essas temáticas no nosso cotidiano. Por conta das influências que existem no nosso mundo atual.*

Sobre os materiais didáticos disponibilizados pelo município que abordam a influência africana e indígena, as respostas foram:

*P - Uma observação: todos os livros didáticos atualizados estão de acordo com a BNCC, onde trazem todos esses temas/assuntos para serem trabalhados em sala de aula.*

Sobre a aplicabilidade da lei. 11.645/2008 apenas uma resposta cita a existência da legislação que garante o ensino da cultura afro-brasileira e indígena no âmbito escolar:

*P - Existe uma lei que institui o ensino nas escolas da cultura e história, afro-brasileira e indígena, trazendo ações e posturas educativas de combate ao racismo e as discriminações das desigualdades raciais no ambiente escolar.*

A bibliografia consultada apresenta a temática em estudo e mostra a importância de pesquisar sobre a relação da aplicabilidade da lei 11.645/2008 e 10.639/2003 e sua relação com a produção dos materiais didáticos destinados ao ensino fundamental I. Partindo de um relato pessoal no qual as memórias formativas remetem as discussões sobre a temática na escola: *“Pouco se ouve falar sobre a lei 11.645/08 e nos anos que estive na escola de educação básica, como aluno, ouvi falar da mesma. O movimento negro era apenas falado com mais voz no dia da consciência negra e, as questões indígenas, apenas no dia do índio, de uma forma que, em minha visão, não os representa em nada. Na graduação aprendi que apenas pintar os alunos ao final da aula não significa trabalhar a influência dos povos indígenas e africanos”* (Relato do discente pesquisador, 2021). O relato mostra a invisibilidade das populações negras e indígenas no contexto social brasileiro, refletindo nos aspectos da educação escolar, que, muitas vezes, ignoram a presença, ora física, ora história e cultural desses povos. O relato acima remete a pensar sobre o que expõem Miranda, Pastana e Ferro (2017) ao afirmarem que,

Após o período da ditadura militar no Brasil, surgiram inúmeros movimentos sociais em favor de políticas públicas a fim de dar visibilidade as diversidades socioculturais brasileiras, atingindo os setores da educação - movimentos feministas, GLBT, negro e indígena. Já uma recente abordagem percebe a importância da educação intercultural atingir toda a população nacional, e não apenas a determinados grupos étnicos. Nessa perspectiva começa a ser pensado que os conhecimentos desses grupos deveriam fazer parte do currículo escolar, no intuito de promover respeito mútuo entre diferentes segmentos da sociedade (MIRANDA; PASTANA; FERRO, 2017, p. 3).

Se determinado assunto fosse trabalhado desde cedo nas escolas, com estratégias didáticas interculturais, com didática de inclusão e reconhecimento identitário e histórico dessas populações, provavelmente as discriminações seriam quase que mínimas, ou seja, tudo isso ajudaria a combater a invisibilização ou a discriminação racial e cultural tão presentes no cotidiano escolar, bem como em outros contextos. Neste sentido,

O Plano Decenal de Educação de 1993-2003 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96 incluem a discussão sobre a diversidade étnico racial brasileira nos currículos escolares, porém carregados de expressões ambíguas, já no Plano Curricular Nacional 2001 percebe-se menos equívocos. A Lei 10.639/03 alterou o art. 26 da LDBEN tornando obrigatório o Ensino sobre História da África e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. E então formuladas as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico-raciais assim sentiu-se a necessidade de cursos de formação para professores a fim de abordar com coerência a temática. Em 2008 a Lei 10.639/03 foi ampliada originando a lei 11.645/08 acrescentando os estudos da cultura dos povos indígenas (MIRANDA; PASTANA; FERRO, 2017, p.3).

É necessário que se cumpra todas essas leis e constituições para que assim, dentro da escola, sejam trabalhados conteúdos que contemplem o reconhecimento das diferenças e a igualdade de direitos, uma quebra desse paradigma de preconceito e de exclusão herdados da colonização ocidental. Os povos africanos e indígenas tiveram/têm sua influência e importância na história do Brasil, entretanto, ainda são deixados à margem, inferiorizados. As legislações voltadas à inserção de conteúdos que contemplam estas populações garantem que essas questões podem/devem ser trabalhadas em todos os componentes curriculares, podendo ser, inclusive, de modo interdisciplinar.

O ambiente escolar não é só um local de ensino conteudista, mas um local onde ocorrem as relações pessoais e de poder. A escola, neste modo de pensar, acaba sendo um local que pode trabalhar as diferenças culturais, bem como questões socioculturais articuladas aos conteúdos específicos dos variados componentes curriculares.

Mas também é preciso que haja uma formação continuada, formando professores, profissionais aptos e conhecedores plenos do assunto já que, um dos motivos que dificultam a aplicação das leis (já citadas) tem sido a resistência de muitos professores em não articular a temática aos seus conteúdos por não conseguir visualizar uma relação entre suas disciplinas e a temática, não se sentirem preparados ou obrigados a aplicá-la. Esse entendimento pode ter sido fomentado por ocasião dos seus cursos de formação profissional ou nas escolas onde lecionam ou lecionaram. Ou seja, os cursos de complementação pedagógica (nos casos de professores com nível de escolaridade superior) ou os cursos de formação de professores (equivalentes ao segundo grau) não dedicam qualquer ênfase ou, melhor ainda, desconhecem a especificidade da questão étnica brasileira. Dessa maneira, “os professores assumem a direção de uma sala de aula sem ter noção dos problemas que irão enfrentar; na maioria das vezes as soluções para os conflitos emergentes são buscadas no bom senso, na prática cotidiana, independentemente de qualquer lastro pedagógico” (MUNANGA, 2005, p. 58).

As leituras também apontam que a educação carece de formação continuada sobre cultura indígena e africana. Na universidade mesmo são poucas as disciplinas que são trabalhadas sobre essas questões. A história colocada nos livros didáticos muitas vezes coloca o indígena ou a população de matriz africana de forma estereotipada ou inferiorizada, ou ambos como os “vilões” ou “selvagens” da história, aponta para a escravidão no período colonial sem aprofundar ou trazer a história “outra”, a contada pelos indígenas ou negros. O livro didático,

em maioria, traz o discurso do colonizador e desconsidera as narrativas desses povos. Neste sentido,

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica é um momento histórico que objetiva ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira e não apenas mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano. Assim cabe às escolas incluir, no contexto dos estudos, atividades que abordem diariamente as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias (BORGES, S/D, p. 2).

Mesmo sendo a lei uma garantia da presença dessas temáticas no ensino, há, de certa forma, uma autonomia das escolas para decidir de que forma estas devem pôr em práticas tais leis. Uma possibilidade seria o estabelecimento de parcerias com a comunidade, com grupos de capoeira e com grupos indígenas, a fim de trabalhar na prática como cultura (s) indígenas e africanas, entre outros temas, ampliando e/ou questionando os conteúdos postos nos livros didáticos.

É necessário tirar das salas de aula a visão de que os afrodescendentes são apenas descendentes de escravos africanos, empregados da casa grande e que os indígenas são selvagens, que vivem da caça e da pesca, que habitam as florestas entre outros estereótipos. Mostrar sua história, sua trajetória de vida e de luta, as conquistas, as identidades e cultura (s) seria um importante passo na educação escolar. Lutar contra o racismo e discriminação é algo inerente ao processo escolar.

A esse respeito, Borges (2010) retrata que a inclusão do tema história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação brasileira é um momento histórico ímpar, de crucial importância, porém ela traz uma necessidade de professores qualificados para este trabalho, pessoas sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico raciais, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes e palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se investir na formação inicial e continuada dos professores, para que, além da sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliá-las e reeducá-las.

Cabe lembrar que, em 1988, pela primeira vez, a Constituição Federal coloca dois artigos específicos referentes às populações indígenas. É mais ou menos neste período que surge

um novo conceito de educação em relação aos povos indígenas com povos não indígenas, surgindo o conceito de Interculturalidade. Esse conceito de Interculturalidade surge principalmente a partir da década de 1970 na América Latina como um todo, mas a partir das vivências e experiências de outros países latinos, como conceito de educação intercultural. Neste sentido, “A Constituição Federal de 1988 reconheceu o Brasil como um Estado pluriétnico e multicultural em seus artigos 215 e 216. O artigo 210 ao se referir à fixação dos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, assegurou a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (GRABNER, 2013, p. 1).

A partir de leituras referentes a lei 11.645/2008 foi possível entender sua aplicabilidade e importância. A referida lei traz consigo a obrigatoriedade da abordagem de conteúdos que abordem as questões étnica e raciais na escola, sendo assim, as editoras de livros didáticos da educação básica buscaram se aproximar das questões exigidas, assim, passaram a inserir em conteúdos a presença de influência dos povos indígenas e africanos, como é o caso da Coleção Tesouro Nacional, que buscou trabalhar a desconstrução de preconceito e racismo em suas sequências didáticas.

Os livros didáticos são, muitas vezes, o único instrumento didático utilizado em sala de aula, uma espécie de guia do conhecimento no qual o professor se apoia para exercer sua prática. Sobre a Coleção Tesouro Nacional, em análise, esta, de alguma forma, tem difundido as questões que trazem a cultura afro e indígena para os conteúdos escolares. A bibliografia trazida ajudaram a refletir os dados apresentados.

Percebemos nas respostas que em alguns pontos os/as entrevistadas/as afirmam que os livros didáticos disponibilizados a escola já vêm contemplando todas as relações afrodescendentes e indígenas, tanto por estar prescrita em lei, quanto por ser assunto importante para a sociedade.

Um ponto que se destaca se refere nas respostas é que há afirmação de que a temática é trabalhada na escola em datas comemorativas alusivas ao “dia do índio” e semana da consciência negra, geralmente apresentação de teatro, músicas, danças imitativas entre outras atividades que se reportam ao afro-brasileiro e ao indígena de forma estereotipada, ou seja, a escola não efetivado a aplicabilidade da lei 11.645/2008, que garante que a temática deve compor os conteúdos de forma interdisciplinar nos seus respectivos componentes curriculares obrigatórios, não vistos apenas uma vez ou outra de modo superficial e/ou estereotipada.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos, a partir deste estudo, que a temática aqui levantada necessita ser mais discutida, já que ainda é possível encontrar vestígios de preconceito de raça ou cor “escondidos” nas práticas escolares, seja nos discursos presentes nos livros didáticos ou na falta de formação voltada à história da cultura afro-brasileira e indígena que dê conta de problematizar a visão eurocentrada à qual fomos submetidos durante a formação escolar. A lei 11.645/2008 foi conquistada/promulgada através de lutas e movimentos sociais negros e indígenas. Sendo assim, torna-se importante pôr em prática sua aplicabilidade no sentido de garantir a presença dessa parcela da população nos conteúdos escolares, como processo de reconhecimento e respeito a estas populações.

Se a influência indígena e afro descendente for trabalhada em sala de aula diariamente ou ao menos com uma frequência relativamente de qualidade alunos e indígenas e afrodescendentes se sentirão representados e suas culturas valorizadas. Cabe lembrar que por muitos anos os conteúdos didáticos, por meio dos livros didáticos, aborda a chegada dos portugueses no Brasil e afins, os exaltam e os colocam em pedestais como se fossem os “salvadores da pátria” ou “donos” dos conhecimentos, detentores do saber e, até que isso seja desmistificado, desconstruídos, é importante que os conteúdos escolares passem a assumir um novo discurso, o discurso do outro, do indígena e do negro, de modo que suas narrativas, suas histórias e verdades também sejam consideradas neste processo.

Também foi possível identificar que as respostas mostram um currículo que garante a aplicabilidade da lei, porém configurado como oculto, pois apesar de estar presente no documento a presença da temática, na prática isso não acontece, e quando acontece. Agindo assim, o processo de ensino não visa romper aos discursos coloniais, como antes já citado.

Outro ponto que me fez refletir foi o processo de que a maior dificuldade em trabalhar as relações indígenas e afro-brasileiras poder estar na formação docente, a falta de conhecimento e estudo acerca de ambos assuntos.

As respostas dos questionários mostram que os/as entrevistadas/as sabem da existência da lei e que não há formação continuada a respeito do assunto, bem como, que não conhecem a Coleção tesouro Nacional. Também há a informação de que o município não disponibiliza material didático específico que dê suporte para a aplicabilidade da lei 11.645/2008, sendo que

os docentes utilizam os materiais/livros didáticos adotados amplos, adotados via PNLD, mas que estes contemplam a temática.

Sendo assim, pesquisar sobre este assunto trouxe um importante ponto, descrever como o material didático possui sua representativa dentro das escolas, e como são organizadas para serem introduzidas nas salas de aula, e como os docentes, gestores e a equipe pedagógica se organiza para desenvolver a história e a cultura dos povos africanos e indígenas. Os materiais analisados e pesquisados permitem que aprender e descobrir como diminuir os estereótipos comuns que são ensinados nas escolas e na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. **Projeto Pedagógico de Curso – PPC**. Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – Curso de Pedagogia, 2018.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O índio e o mundo dos brancos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 [1964].
- COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED, 2014.
- FUNARI, P. P.; PIÑÓN, A. **A temática indígena na escola: subsídios para professores**. São Paulo: Contexto, 2011.
- GOBBI, I. **A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.
- GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Orgs.). **Indagações sobre currículo**. Brasília, DF: MEC, 2008. p. 17-48.
- GRUPIONI, L. D. Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF: INEP, v. 77, n. 186, p. 409-437, maio/ago. 1996.
- MUNANGA, K. **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **Identidade Cultural**. Disponível na página de Dicionário e Direitos Humanos. <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tikiindex.php?page=Identidade+cultural>. Acessado em 23 de maio de 2013.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, A. L.; GRUPPIONI, L. D. B. (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, DF: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- SILVA, M. P. A “presença” dos povos indígenas nos subsídios didáticos: leitura crítica sobre as abordagens das imagens e textos impressos. **Mnemosine Revista**, Rio de Janeiro: UERJ, v. 1, n. 2, p. 268-290, jul./dez. 2010.
- SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

VASCONCELLOS, Guilherme de. Coleção de livros difunde cultura afro-brasileira nas escolas. **AFREKA**. Disponível em: <http://www.afreka.com.br/notas/colecao-de-livros-difunde-cultura-afro-brasileira-nas-escolas/> Acessado em 09 de fevereiro de 2021.